



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 205/XII/ 3.ª SL

Aos 01 dias do mês de julho de 2014, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Metodologia de apreciação da PPL 238/XII/3.ª – Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico da exploração e prática do jogo «on-line».

Metodologia de apreciação da PPL 238/XII/3ª – Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico da exploração e prática do jogo «on-line».

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente informou os Senhores Deputados que tinha já solicitado pareceres escritos às entidades que constavam do preâmbulo da proposta de lei e que a Senhora Presidente da Assembleia da República tinha também promovido já a audição dos órgãos de governo próprios das regiões autónomas. Informou que tinha solicitado o envio desses pareceres até ao dia 3 de julho, por forma a, em reunião a realizar no dia 8 de julho, a Comissão poder proceder à nova apreciação da proposta de lei. Para tal, seria necessário os Senhores Deputados apresentarem propostas de alteração até ao dia 4 de julho.

O Senhor Deputado Laurentino Dias (PS) lembrou que a questão do enquadramento legislativo do jogo *online* já tem muitos anos e já vários Governos estiveram disponíveis para proceder à apresentação dessa legislação, mas que se trata de uma questão complexa. Lembrou que há áreas que ficam muito dependentes da distribuição das receitas dos jogos sociais da Santa Casa da Misericórdia, nomeadamente a do desporto. Defendeu a discussão e preparação desta legislação com algum cuidado. Concordando com a regulação do jogo *online*, entende ser necessário saber o que presidiu à divisão das receitas tal como previsto nesta iniciativa legislativa, qual o impacto destas medidas para o desporto em geral, como estão acautelados direitos que devem ser protegidos. Considerou também que o prazo dado às diversas entidades para se pronunciarem foi demasiado curto e que era



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 205/XII/ 3.ª SL

preciso ouvir as entidades ligadas ao desporto. Concluiu, afirmando que, depois de tantos anos em que o jogo *online* viveu clandestinamente, não se deveria passar da inércia para a velocidade supersónica de em 10 dias fazer uma lei pronta a entrar em vigor.

O Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) lembrou que este processo tem vindo a ser adiado e há mais de 10 anos que se falava nesta legislação. Afirmou que o seu grupo parlamentar tinha mostrado abertura para discutir o assunto e lembrou que o que o Governo solicitava era uma autorização para legislar. Em seu entender o que era necessário era decidir, apesar de qualquer decisão que se tome ser criticada. Argumentou que enquanto esta iniciativa legislativa não for aprovada a área do desporto estará a perder dinheiro, não das receitas aqui referidas mas sim de receitas da publicidade. Concluiu afirmando que acompanhava a proposta de metodologia apresentada pelo Senhor Presidente da Comissão.

Pelo Senhor Deputado João Ramos (PCP) foi referido que entendia a necessidade de haver regulação nesta matéria mas não era qualquer regulação que era boa. Acompanhou a necessidade de realizar audições sobre esta iniciativa e lamentou a aparente falta de disponibilidade dos grupos parlamentares da maioria para sair dos *timings* propostos pelo Presidente da Comissão.

O Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP9) considerou a proposta apresentada pelo Presidente da Comissão como uma boa proposta de trabalho, lembrou que esta discussão já tinha passado por vários Governos e só agora tinha sido apresentada a legislação que todos os grupos parlamentares afirmam ser necessária. Concluiu, afirmando que acreditava que os diferentes partidos também já tinham trabalhado a matéria e teriam propostas a apresentar.

Por sua vez, o Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) afirmou que a necessidade de legislação é pacífica mas há alguns pontos que necessitam de mais debate. Esclareceu que o PS não pretende um adiamento da apreciação desta iniciativa *sine die*, mas apenas que haja algum tempo para a realização da discussão em torno da mesma. Referiu que havia diversas entidades que o seu grupo



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 205/XII/ 3.ª SL

parlamentar pretendia ouvir, nomeadamente em representação dos jogadores e do setor do desporto profissional, para além da Santa Casa da Misericórdia e da Associação de Apostadores Online.

O Senhor Presidente referiu que, tendo em conta o número de entidades cuja audição se pretendia, seria preferível solicitar-lhes um parecer escrito.

O Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) usou da palavra para lembrar que o que estava em discussão era uma proposta de lei de autorização legislativa e que todas as entidades referidas, mais tarde ou mais cedo, seriam ouvidas no âmbito da elaboração dos decretos-leis autorizando. Para além disso, mais tarde a Assembleia da República poderia sempre proceder à apreciação parlamentar desses decretos-leis. Concluiu afirmando que havia vontade da maioria em que este processo legislativo estivesse terminado durante esta sessão legislativa e não entendia necessário ouvir mais entidades.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Laurentino Dias (PS) para lembrar que a intenção do Governo era terminar este processo legislativo o mais rapidamente possível, uma vez que a sua votação tinha chegado a ser agendado para a semana anterior. No entanto, defendeu, tendo em consideração que se tratava precisamente de uma proposta de lei de autorização legislativa, a Assembleia da República deveria ser mais criteriosa no processo legislativo. Deu conta, de seguida, das entidades cuja audição pretendia no âmbito deste processo legislativo: Comité Olímpico de Portugal; Confederação do Desporto de Portugal; Federação Portuguesa de Futebol; Liga Portuguesa de Futebol; Sindicato do Jogadores de Futebol; Federação de Desportos Equestres; e Associação de Jogadores e Apostadores Online.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Luís Menezes (PSD), para referir que não via qualquer problema em ouvir essas entidades desde que isso não obstasse a que o processo legislativo pudesse ficar terminado durante esta sessão legislativa, devido à necessidade desta legislação, uma vez que muitas entidades perderam já muito dinheiro pela falta da mesma.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 205/XII/ 3.ª SL

O Senhor Deputado João Ramos (PCP) reiterou que por se tratar de uma autorização legislativa é que se tornava necessário aprofundar mais a discussão. Quanto às entidades que o seu grupo parlamentar gostaria de ouvir, deu indicação do sindicato que abrange os trabalhadores do jogo. Quanto ao *timing* proposto pelo Senhor Presidente, considerou muito difícil de cumprir.

Concluiu a discussão o Senhor Presidente, reajustando o calendário proposto e informando que seria às diversas entidades referidas que enviassem um parecer escrito à Comissão até ao dia 8 de julho, que ficava fixado o dia 11 de julho como data-limite para apresentação de propostas de alteração e que ficava marcada uma reunião para o dia 16 de julho, às 10 horas, para apreciação da Proposta de Lei e as propostas de alteração que dessem entrada.

A reunião foi encerrada às 12:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 de julho de 2014.

O PRESIDENTE

(PEDRO PINTO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 205/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
João Paulo Viegas
Luís Leite Ramos
Luís Vales
Nuno Encarnação
Nuno Serra
Odete Silva
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Valter Ribeiro
Fernando Barbosa
João Ramos
Laurentino Dias
Luís Menezes
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Bruno Dias
Carina Oliveira
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Hortense Martins
Mariana Mortágua
Nuno Filipe Matias
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia